



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

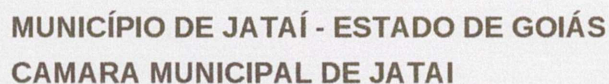
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2024

OBJETO	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO:
	180 UNIDS - BUCHA COM ANEL 6MM, 22 UNIDS - FITA 3528 240L 12V 20W 5M, 04 UNIDS - FONTE CHAVEADA 50A CAPA PRETA 12V, 04 UNIDS - FONTE SLIM 20A 200W 12V LINEAR, 180 UNIDS - PARAFUSO 6MM, 56 UNIDS - PERFIL SOB SLIM 1707BC, 12 UNIDS - PONTEIRA PS01)

FUNDAMENTO LEGAL	Artigo 75, II da Lei 14.133/21 e suas alterações
-------------------------	--

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	<u>339030-26</u> – Material de Consumo/Material Elétrico e eletrônico
-----------------------------	--



Requisição:	1098	Situação:	APROVADO
Departamento:	1 - ADMINISTRACAO	Data Solicitação:	26/01/2024
Usuário Análise:	LIVIA CRISTINA MATIAS ASSIS	Data Análise:	01/02/2024
Observação: MATERIAIS PARA MELHORIAS NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DAS SALAS DA PRESIDÊNCIA E RECEPÇÃO DA PRESIDÊNCIA.			

TOTAL PRODUTO:	7
TOTAL GERAL:	0,00



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2024

“AUTORIZA A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS”

O Presidente da Câmara Municipal de Jataí, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e, especialmente nos termos do inciso II do Art. 75, da Lei nº 14.133/2021, e atualização dos valores de acordo com o Decreto nº 11.871/2023;

CONSIDERANDO a previsão legal do inciso II do artigo 75 da Lei de Licitações, para dispensar a licitação para aquisições ou contratações com valores inferiores a **R\$ 59.906,02** (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Jataí tem a necessidade da contratação de uma empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos e eletrônicos de:

DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID.	QTD.
PONTEIRA PS01	UN	12
FONTE CHAVEADA 50A CAPA PRETA 12V	UN	4
FONTE SLIM 20A 200W 12V LINEAR	UN	4
FITA 3528 240L IP20 6500K 12V 20W 5m	UN	22
PARAFUSO 6 mm	UN	180
BUCHA COM ANEL 6 mm	UN	180
PERFIL SOB SLIM 1707 BC	UN	56

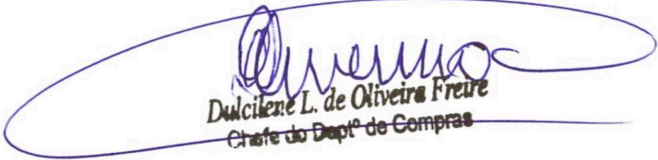
Autorizo a dispensa de licitação para contratação de empresa especializada objetivando a aquisição de materiais elétricos e eletrônicos, conforme solicitação e especificações contidas no Processo nº 005/2024.

Jataí, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2024.

ABIMAEL SOUZA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Jataí

Estimativa de Custo																				
ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID.	QTD.	EMPRESAS															Média	Valor total
				TECNOLUZ LTDA	LEDTUBE ILUMINAÇÃO	PLANET ILUMINAÇÃO	SUSTENTA LED	BRILANZE	PRUDEN LED	PROESI COMPONENTS ELETRÔNICOS	CASAS BAHIA	TECBELL	MILANO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	BCM INTER SERVICE	PARAFUSO FÁCIL	PREMIER SHOP	INSPIRE HOME	CLAREZO	valor Unit.	estimado
1	PONTEIRA PS01		12	R\$ 1,69													R\$ 4,19	R\$ 2,78	R\$ 2,89	R\$ 34,64
2	FONTE CHAVEADA 50A CAPA PRETA 12V	UN	4	R\$ 391,98					R\$ 498,90	R\$ 418,99									R\$ 436,62	R\$ 1.746,49
3	FONTE SLIM 20A 200W 12V LINEAR	UN	4	R\$ 161,14							R\$ 167,80	R\$ 165,00							R\$ 164,65	R\$ 658,59
4	FITA 3528 240L IP20 6500K 12V 20W 5m	UN	22	R\$ 180,52			R\$ 191,57	R\$ 199,90											R\$ 190,66	R\$ 4.194,59
5	PARAFUSO 6 mm	UN	180	R\$ 0,39											R\$ 0,46	R\$ 0,84			R\$ 0,56	R\$ 101,40
6	BUCHA COM ANEL 6 mm	UN	180	R\$ 0,24									R\$ 0,30	R\$ 0,32					R\$ 0,29	R\$ 51,60
	PERFIL SOB SLIM 1707 BC	UN	56	R\$ 56,52	R\$ 56,91	R\$ 58,19													R\$ 57,21	R\$ 3.203,57
						Total													Estimado:	R\$ 9.990,89

Jatai, 27 de janeiro de 2024


Dulcilene L. de Oliveira Freire
Chefe do Deptº de Compras



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TECNOLUZ LTDA
CNPJ: 43.348.824/0001-60

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:52:21 do dia 23/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/04/2024.

Código de controle da certidão: **8D8B.149C.853A.D062**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 42362806

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
TECNOLUZ LTDA

CNPJ
43.348.824/0001-60

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereço:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.485.755.269

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 30 JANEIRO DE 2024

HORA: 15:52:24:4



**PREFEITURA DE
JATÁI**

MUNICÍPIO DE JATÁI - ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JATÁI

RUA ITARUMÃ Nº: 355 Bairro: VILA SANTA MARIA CEP: 75800-089

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME: TECNOLUZ LTDA

CCP: 408275

CPF/CNPJ: 43.348.824/0001-60

TELEFONE: 64999227001

ENDEREÇO: RUA INACIO JOSE DE MELO, Nº 1096, QD. 0061, LT. 001A, BAIRRO: VILA SANTA MARIA, JATÁI -

FUNDAMENTO LEGAL

CERTIFICA PARA OS DEVIDOS FINS, QUE O SUJEITO PASSIVO NÃO POSSUI PENDÊNCIAS PERANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE JATÁI-GO.

RESERVA-SE À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL O DIREITO DE LANÇAR E COBRAR POSTERIORMENTE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DE RESPONSABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO ACIMA EPIGRAFADO, QUE VIEREM A SER APURADAS E CONSTITUÍDAS, INCLUSIVE NO PERÍODO DESTA CERTIDÃO.

A autenticidade desta certidão poderá ser verificada no site da prefeitura, conforme dados abaixo:

AUTENTICAÇÃO: NF595TVR

EMIÇÃO: 30/01/2024

VALIDADE: 29/02/2024

WWW.JATÁI.GO.GOV.BR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TECNOLUZ LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 43.348.824/0001-60

Certidão nº: 7027394/2024

Expedição: 30/01/2024, às 15:54:36

Validade: 28/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TECNOLUZ LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **43.348.824/0001-60**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 43.348.824/0001-60
Razão Social: TECNOLUZ LTDA
Endereço: RUA INACIO JOSE DE MELO 1096 / SANTA MARIA / JATAI / GO / 75800-105

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/01/2024 a 25/02/2024

Certificação Número: 2024012704282685397290

Informação obtida em 30/01/2024 15:52:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

NOTA TÉCNICA

Fase Interna processo de Contratação Direta

Processo Administrativo: 005/2024

Processo Dispensa de Licitação: 02/2024

Na análise dos atos essenciais do processo 019/2024, modalidade que está fundamentada nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 é dispensável a realização de processo licitatório, podendo realizar a contratação direta de serviços comuns e compras no valor de até R\$ 59.906,02(cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), observamos as comprovações das seguintes etapas da fase interna do procedimento, onde consta nos autos:

- Protocolo do processo;
- Solicitação do Setor competente;
- 15 orçamentos válidos;
- Estimativas de preços (unitários e global) elaborado pelo Departamento de Compras, assim estimando a despesa para execução, conforme exigido no art. 72, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Declaração de existência e reserva de saldo orçamentário, com a dotação orçamentária por onde correrão as despesas com a contratação do serviço, cumprindo o art. 72, inciso IV da Lei 14.133/21;
- Toda documentação de habilitação e qualificação das empresas orçadas, demonstrando que a escolha preenchem os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, conforme dispõe o art. 72 inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Demonstrativo de análise de Dispensa de Licitação elaborado pela Agente de Contratação;
- Parecer jurídico sobre o processo;
- Autorização do gestor para realização do processo de dispensa.

Após verificação realizada no processo de Contratação Direta nº 005/2024 que tem como objeto a aquisição de 180 unidades de bucha com anel 6mm, 22 unidades de fita 3528



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

240l, 12v 20w 5m, 04 unidades de fonte chaveada 50ª capa preta 12v, 04 unidades de fonte slim 20ª 200w 12v linear, 180 unidades de parafuso 6mm, 56 unidades de perfil sob slim 1707 bc, 12 unidades de ponteira ps01 para manutenção do prédio da Câmara Municipal, levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data, a dotação orçamentária informada e o parecer analítico do Agente de Contratação, atesto que os critérios legais foram cumpridos.

Jataí, 08 de fevereiro de 2024


Simone Roveda de Lima de Melo
Controladora Interna



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Parecer Referencial nº 002/2024

Administrativo. Licitações. Dispensa de licitação. Contratação direta.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021 são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 75 e 74, respectivamente.

A dispensa de licitação ocorrerá nas seguintes hipóteses:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; ; [\(vide Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023\)](#)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; [\(vide Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023\)](#)

III - para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

1/5



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV - para contratação que tenha por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

b) bens, serviços, alienações ou obras, nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para a Administração;

c) produtos para pesquisa e desenvolvimento, limitada a contratação, no caso de obras e serviços de engenharia, ao valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); (vide Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023)

d) transferência de tecnologia ou licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida, nas contratações realizadas por instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT) pública ou por agência de fomento, desde que demonstrada vantagem para a Administração;

e) hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, hipótese em que a contratação será realizada diretamente com base no preço do dia;

f) bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional;

g) materiais de uso das Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante autorização por ato do comandante da força militar;

h) bens e serviços para atendimento dos contingentes militares das forças singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, hipótese em que a contratação deverá ser justificada quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificada pelo comandante da força militar;

i) abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento;

j) coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

k) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível;

l) serviços especializados ou aquisição ou locação de equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas previstas nos incisos II e V

2 / 5



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

do caput do art. 3º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, quando houver necessidade justificada de manutenção de sigilo sobre a investigação;

m) aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde;

V - para contratação com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 3º-A, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os princípios gerais de contratação constantes da referida Lei;

VI - para contratação que possa acarretar comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos pelo Ministro de Estado da Defesa, mediante demanda dos comandos das Forças Armadas ou dos demais ministérios;

VII - nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem;

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

XI - para celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;

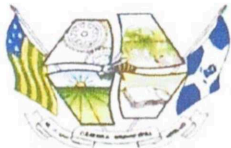
XII - para contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica, e em valores compatíveis com aqueles definidos no instrumento firmado para a transferência de tecnologia;

XIII - para contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização;

XIV - para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência;

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à

3 / 5



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

*XVI - para aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de insumos estratégicos para a saúde produzidos por fundação que, regimental ou estatutariamente, tenha por finalidade apoiar órgão da Administração Pública direta, sua autarquia ou fundação em projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, ou em parcerias que envolvam transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, nos termos do inciso XII do **caput** deste artigo, e que tenha sido criada para esse fim específico em data anterior à entrada em vigor desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.*

Os valores referidos na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, nos seguintes termos:

ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, caput, inciso XXII	R\$ 239.624.058,14 (duzentos e trinta e nove milhões seiscentos e vinte e quatro mil cinquenta e oito reais e quatorze centavos)
Art. 37, § 2º	R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos)
Art. 70, caput, inciso III	R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos)
Art. 75, caput, inciso I	R\$ 119.812,02 (cento e dezenove mil oitocentos e doze reais e dois centavos)
Art. 75, caput, inciso II	R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)
Art. 75, caput, inciso IV, alínea "c"	R\$ 359.436,08 (trezentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos)
Art. 75, § 7º	R\$ 9.584,97 (nove mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos)
Art. 95, § 2º	R\$ 11.981,20 (onze mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos)

A contratação direta por dispensa de licitação deve observar o procedimento previsto nos Arts. 72 e seguintes da nova Lei de Licitações.

Por oportuno, registro as seguintes determinações da Lei 14.133/2021, que devem ser atentamente observadas:

Art. 75. ...

4 / 5



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

...

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

...

§ 7º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças.

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

Por fim, em havendo peculiaridades que escapem aos contornos descritos por esta manifestação jurídica referencial ou modificação das normas pertinentes, deverá o processo administrativo ser submetido à Procuradoria Jurídica Legislativa, para análise individualizada da questão.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 02 de janeiro de 2024.

Renata Silva Oliveira
Procuradora-Geral



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339030 / 26 Material de Consumo / Material Elétrico e Eletrônico**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de aquisição para a Câmara Municipal de Jataí.

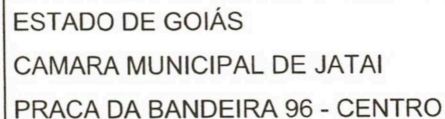
CERTIFICAMOS ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor de 9.482,72 (nove mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos) nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 26 de janeiro de 2024.

Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4



PÁGINA 1

COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 01/02/2024 ATÉ 01/02/2024

[illegible]

ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

CERTIFICADO DE REGULARIDADE

Certifico para os devidos fins que a presente
despesa foi atestada

CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

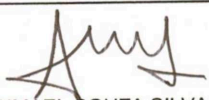

1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 - Cód.		1.2 - DOCUMENTO					1.3 - FONTE DE RECURSOS			1.4 - NÚMERO	
358558		NOTAS DE EMPENHO					Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso:			-1	
1.5 - DATA DE EMISSÃO		1.6 - NÚMERO DO PROCESSO			1.7 - TIPO		1.8 - FICHA		1.9 - SALDO ANTERIOR		
01/02/2024		0001224/24			GLOBAL		0007.000				
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR		
2024	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.30.26	100.000	9.482,72		
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL		
CAMARA MUNICIPAL											
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO		
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL											

2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR

2.1 - NOME		2.1 - CPF OU CNPJ			
TECNOLUZ LTDA.		43.348.824/0001-60			
2.3 - ENDEREÇO		2.4 - MUNICÍPIO		2.5 - UF	
		JATAI		GO	

3 - HISTÓRICO

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO E TROCA NA ILUMINAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CMJ	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(NOVE MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)	9.482,72
<div><div> ABIMAE L SOUZA SILVA CPF: 820.941.871-87 PRESIDENTE DA CÂMARA</div><div> ADONAE AUGUSTO PEREIRA CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210 CONTADOR</div></div>	



MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
Praça da Bandeira

PÁGINA 1

SOLICITAÇÃO DE COMPRA

Código **Data**

983 26/01/2024

Intituição

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Natureza da Compra

DISPENSA

Descrição

Departamento

ADMINISTRACAO

Finalidade

Processo

5 - Materiais para melhoria na iluminação da presidência e da recepção da presidência.

Situação

APROVADO

Dotação Orçamentária

Ficha

0007.000

Elemento

33903000

Especificação

Material de Consumo

Função

1 - LEGISLATIVA

Fonte

100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Subfunção

31 - Acao Legislativa

Ação

MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL

Programa

PROCESSO LEGISLATIVO

Produtos

Código	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor ref.	Total
3620	Ponteira PS01	UNIDADE	12,00	1,69	20,28
3618	Fonte Chaveada 50A Capa Preta 12V	UNIDADE	4,00	391,98	1.567,92
3619	Fonte Slim 20A 200W 12V Linear	UNIDADE	4,00	161,14	644,56
3614	Parafuso 6 mm	UNIDADE	180,00	0,39	70,20
3617	Fita 3528 240L IP20 6500K 12V 20W 5 M	UNIDADE	22,00	180,52	3.971,44
3615	Bucha com anel 6 mm	UNIDADE	180,00	0,24	43,20
3616	Perfil sob Slim 1707 BC	UNIDADE	56,00	56,52	3.165,12
Valor Total da Solicitação:					9.482,72

VENCEDORES

Fornecedor	Nº Item	Produto / Serviço	Un.Medida	Quantidade	Vr Unitário	Vr Total
TECNOLUZ LTDA.	2	Bucha com anel 6 mm	UNIDADE	180,00	0,24	R\$ 43,20
TECNOLUZ LTDA.	4	Fita 3528 240L IP20 6500K 12V 20W 5	UNIDADE	22,00	180,52	R\$ 3.971,44
TECNOLUZ LTDA.	5	Fonte Chaveada 50A Capa Preta 12V	UNIDADE	4,00	391,98	R\$ 1.567,92
TECNOLUZ LTDA.	6	Fonte Slim 20A 200W 12V Linear	UNIDADE	4,00	161,14	R\$ 644,56
TECNOLUZ LTDA.	1	Parafuso 6 mm	UNIDADE	180,00	0,39	R\$ 70,20
TECNOLUZ LTDA.	3	Perfil sob Slim 1707 BC	UNIDADE	56,00	56,52	R\$ 3.165,12
TECNOLUZ LTDA.	7	Ponteira PS01	UNIDADE	12,00	1,69	R\$ 20,28



SOLICITAÇÃO DE COMPRA

Código	Data	Intuição
983	26/01/2024	CAMARA MUNICIPAL DE JATAI
Natureza da Compra		Descrição
DISPENSA		
Departamento		Finalidade
ADMINISTRACAO		
Processo		Situação
5 - Materiais para melhoria na iluminação da presidência e da recepção da presidência.		APROVADO

Valor Total: R\$ 9.482,72



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

ATO DECLARATÓRIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2024

DISPENSA Nº 2/2024

“ DECLARA DISPENSÁVEL A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS.”

O presidente da Câmara Municipal de Jataí, Abimael Souza Silva, no uso de suas atribuições legais e, especialmente nos termos do inciso II do Artigo 75 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas modificações posteriores;

CONSIDERANDO a previsão legal do inciso II do artigo 75 da Lei de Licitações e atualização dos valores de acordo com o Decreto nº 11.871/2023, para dispensar a licitação para aquisição ou contratações com valores inferiores a **R\$ 59.906,02** (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Jataí necessita contratar empresa especializada na venda de materiais elétricos.

CONSIDERANDO que a empresa **TECNOLUZ LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.348.824/0001-60, apresentou orçamento de menor preço, e atinente a necessidade de atendimento da situação e também apresentou todas as certidões negativas de débitos dos tributos Municipais, Estaduais, da União, Trabalhista e de Regularidade do FGTS;

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição de materiais elétricos (Aquisição de sistema de iluminação: 180 unids - Bucha com anel 6mm, 22 unids - Fita 3528 240L 12V 20W 5m, 04 unids - Fonte Chaveada 50A capa Preta 12v, 04 unids - Fonte slim 20A 200W 12v linear, 180 unids - Parafuso 6mm, 56 unids - Perfil sob Slim 1707BC, 12 unids - Ponteira PS01), deste modo, fica evidente a importância desta solicitação. A aquisição está registrada no processo



Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO
Jataí - GO

administrativo nº 5/2024.

DECLARA:

Art. 1º – Fica declarada a dispensa de licitação para contratação de empresa especializada na venda de materiais elétricos, para a Câmara Municipal de Jataí.

Art. 2º – Fica em consequência, autorizado a contratação da empresa **TECNOLUZ LTDA**, com endereço na Rua Inácio José de Melo, 1096, nos termos da proposta de fornecimento apresentado pela mesma, com um valor total de **R\$ 9.482,72** (Nove mil quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos), conforme segue:

DESCRIÇÃO PRODUTO	UNID.	QTD.	EMPRESAS	Média valor Unit.	Valor total estimado
			TECNOLUZ LTDA		
PONTEIRA PS01	UN	12	R\$ 1,69	R\$ 1,69	R\$ 20,28
FONTE CHAVEADA 50A CAPA PRETA 12V	UN	4	R\$ 391,98	R\$ 391,98	R\$ 1.567,92
FONTE SLIM 20A 200W 12V LINEAR	UN	4	R\$ 161,14	R\$ 161,14	R\$ 644,56
FITA 3528 240L IP20 6500K 12V 20W 5m	UN	22	R\$ 180,52	R\$ 180,52	R\$ 3.971,44
PARAFUSO 6 mm	UN	180	R\$ 0,39	R\$ 0,39	R\$ 70,20
BUCHA COM ANEL 6 mm	UN	180	R\$ 0,24	R\$ 0,24	R\$ 43,20
PERFIL SOB SLIM 1707 BC	UN	56	R\$ 56,52	R\$ 56,52	R\$ 3.165,12
Estimado:					R\$ 9.482,72

Art. 3º – Este ato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrará no dia 31/12/2024, revogada as disposições em contrário.

Jataí, 1º de fevereiro de 2024

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Abimael Souza Silva

Presidente da Câmara Municipal de Jataí

Ato de Contratação Direta nº 05/2024/2024

Acessar Contratação

Última atualização 02/02/2024

Local: Jataí/GO **Órgão:** CAMARA MUNICIPAL DE JATAI **Unidade compradora:** 1 - CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

Modalidade da contratação: Dispensa de Licitação **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Ato de Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 02/02/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 24858805000139-1-000007/2024 **Fonte:** Sigep - Sistemas Integrados

Objeto:

Aquisição de sistema de iluminação: 180 unids - Bucha com anel 6mm, 22 unids - Fita 3528 240L 12V 20W 5m, 04 unids - Fonte Chaveada 50A capa Preta 12v, 04 unids - Fonte slim 20A 200W 12v linear, 180 unids - Parafuso 6mm, 56 unids - Perfil sob Slim 1707BC, 12 unids - Ponteira PS01

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 9.482,7199

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valc
1	Ponteira PS01	12	R\$ 1,69	R\$ 20,28
2	Fonte Chaveada 50A Capa Preta 12V	4	R\$ 391,98	R\$ 1.567,92
3	Fonte Slim 20A 200W 12V Linear	4	R\$ 161,14	R\$ 644,56
4	Parafuso 6 mm	180	R\$ 0,39	R\$ 70,20
5	Fita 3528 240L IP20 6500K 12V 20W 5 M	22	R\$ 180,52	R\$ 3.971,44

Exibir: 1-5 de 7 itens

Página

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.